

O (A) NEGRO (A) NA SOCIEDADE BRASILEIRA ONTEM E HOJE: O PAPEL DAS CATEGORIAS RAÇA, ETNIA E CLASSE SOCIAL PARA A EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA

Roseane Maria de Amorim¹

RESUMO: Neste texto se encontra algumas reflexões a partir de estudos de uma tese de doutorado em andamento intitulada: as práticas curriculares cotidianas: um estudo da educação das relações étnico-raciais em escola da Rede Municipal do Recife. Tem como objetivo fazer uma análise das categorias classe e raça a partir de alguns teóricos como SCHWARCZ (1993), GUIMARÃES (2008), SILVA (2010), CAVALLEIRO (2001) entre outros autores. Assim, procura-se discutir e problematizar os contextos históricos em que essas categorias estão ancoradas. O foco principal do trabalho é apontar o debate sobre essas questões procurando compreender as contradições, as lutas, conflitos e dilemas que dizem respeito à problemática do negro na nossa sociedade.

Palavras-chave: negro/a, classe social, raça, etnia, educação escolariza.

1 INTRODUÇÃO

Todos nós educadores temos a convicção de que estamos vivendo um período histórico de muitas possibilidades e conquistas. Mas, ao mesmo tempo, estamos inseridos em um momento histórico no qual se instalou uma crise em diferentes dimensões: seja política, econômica, social, ambiental, de valores etc. Diante dessa realidade, as instituições sociais são chamadas a se resignificarem para enfrentarem os desafios postos pela contemporaneidade. É dentro desse contexto que se encontra a escola. Os profissionais, que nela atuam, precisam enfrentar muitas demandas ao mesmo tempo. Nesse bojo, as questões ligadas à cultura, seja ela juvenil, de gênero, de geração, a cultura popular ou as questões étnico-raciais, constituem problemáticas instigadoras para as práticas curriculares dos/as professores/as e estudantes dos diversos níveis e modalidades de ensino. No entanto, tais questões parecem inquietar, especialmente, os e as docentes do ensino fundamental, em razão das especificidades inerentes à fase de desenvolvimento que seus estudantes atravessam.

Dessa forma, entendemos que o conhecimento sobre o processo de formação do nosso povo (a contribuição do/as negro/a, das diferentes tribos indígenas e os diferentes grupos brancos/europeus), é de fundamental importância, na medida em

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco e professora da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

que os/as professores/as precisam desconstruir ideias distorcidas sobre as relações entre negros e brancos que se instalaram no nosso país desde o processo de colonização, a exemplo da ideologia do branqueamento.

Sendo assim, nos últimos anos, tem crescido o número de pesquisas e de produções que têm como temática o/a negro/a no Brasil. Após os anos 1990 e, principalmente, depois da elaboração da Lei nº 10.639/2003, sancionada pelo Presidente da República Brasileira, Luís Inácio Lula da Silva, tivemos uma explosão dos estudos voltados para essa temática. Além do mais, a *internet* ajudou a propagar diversos *sites* com informações e discussões sobre essas questões. Esse movimento da sociedade tem mostrado que os tempos atuais são outros e que há necessidade de se tomar novos rumos e de construção de outras histórias.

Esses novos rumos foram conquistados, entretanto, por meio de muitas lutas de variados segmentos da sociedade. Entre os diversos grupos que lutaram pela construção de uma nova sociedade, podemos observar que foi a luta do/a negro/a no mundo e no Brasil que procurou, por diversos caminhos, combater o preconceito étnico em nosso país. Souza (2004, p. 208) enfatiza que “o embranquecimento no Brasil era respaldado pelos discursos políticos, pelas leis e pela literatura”, além de outros elementos presentes em nossa sociedade. Sabemos que o discurso é uma das instâncias através da qual o poder se exerce, conforme salienta Foucault (2007a, 2007b, 1996) em suas obras.

Durante muito tempo, nosso país negou a história e a cultura do negro. A negritude da população foi, por longos períodos, utilizada como argumento, pela elite brasileira, para justificar o nosso subdesenvolvimento. Assim, o embranquecimento da população era o caminho, apontado por essa elite, para a construção de uma nação desenvolvida. Por outro lado, os estudos voltados para as discussões sobre o/a negro/a no Brasil foram, durante muito tempo, tomados como elementos folclóricos. No entanto, com o decorrer dos anos, por mais que a elite brasileira quisesse apagar o afro-descendente da nossa história, ele sempre esteve presente. Desde os períodos denominados de Brasil Colônia até o Brasil República, chegando aos nossos dias, a voz do negro soou em inúmeros contextos e lugares do nosso país (CAMARGO, 2005).

Os números do próprio IBGE apontam que o acesso à educação, considerada de qualidade, à moradia, à saúde e ao emprego, é muito menor para a população negra. Essas informações não podem ser negligenciadas e é por isso que acreditamos, com base em vários autores², que se fazem necessárias políticas específicas para os afro-descendentes do nosso país. Para Silva (2010, p. 162),

no atual contexto das políticas públicas de educação no Brasil, as crianças negras continuam a enfrentar antigos problema em sua trajetória escolar como acesso e permanência, havia baixa identificação com a escola, baixo aproveitamento como nos revelou Patto (1996) em sua pesquisa denominada “A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia...”

O continente africano é marcado por inúmeras diferenças, sejam elas econômica, social, cultural, geográfica ou política. Sabemos também que os africanos que chegaram as terras brasileiras, apesar de todo processo de dominação do homem branco, buscaram, de inúmeras formas, resistir à escravidão.

Para a elaboração desse texto, utilizamos vários autores que discutem a temática ao longo do tempo no Brasil. Nesse sentido, esperamos cumprir com o objetivo proposto.

2 O debate entre raça, etnia e classe social

Se no Brasil contemporâneo, presenciamos no dia a dia o preconceito em várias instâncias da sociedade, no que diz respeito ao negro/a, não podemos desconsiderar que as raízes desse preconceito se encontram em nosso passado, no processo de colonização ao qual fomos submetidos. Não é de estranhar que os Jesuítas tenham vindo para o nosso país catequizar os índios, principalmente as crianças, ensinando-lhes as ideias do homem branco e europeu.

Ainda podemos afirmar que historicamente somos um país em que as relações entre as pessoas são permeadas por todo tipo de preconceito, embora disposto de forma dissimulada. Muitas vezes, “brincadeiras” e “gracinhas” vão

² JOVINO, Ione da Silva. Diversidade e juventude: considerações sobre escola e práticas juvenis. In: ABRAMOWIZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO. **Educação como prática da diferença**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

inferiorizando o sujeito em razão de sua diferença em relação ao estabelecido como correto, fazendo com que este passe a ter sua vida marcada pela exclusão.

Ademais, é sabido que o preconceito e a exploração do/a negro/a não nasceram no Brasil, como aponta Guimarães (2008). Herdamos dos gregos e dos cristãos a visão de que a cor negra refere-se à coisa ruim, diabólica (a figura do próprio diabo), enquanto que a cor branca é associada à pureza, à salvação, à vitória e ao sucesso.

Corroborando com Munanga, Guimarães (2008) expressa algo bem interessante. O preconceito em relação à cor ou à raça tem geralmente como alvo o “vermelho”, o “amarelo” e o “preto”, nunca o branco. Este constitui referência para tudo que é belo e maravilhoso. Representa não apenas a cor, mas a identidade hegemônica em torno da qual as demais devem se estabelecer.

A questão da identidade negra não surge apenas da tomada de consciência do negro e sim de um processo histórico que começa com o “descobrimento” do Brasil no século XV.

É nesse contexto histórico que devemos entender a chamada identidade negra no Brasil, num país onde quase não houve um discurso ideológico articulado sobre a identidade “amarela” e a identidade “branca”, justamente porque os que coletivamente são portadores de cores de pele branca e amarela não passaram por uma história semelhante à do brasileiros portadores da pigmentação escura. Essa história conhecemos bem: esses povos foram sequestrados, capturados, arrancados de suas raízes e trazidos amarrados aos países do continente americano... (MUNANGA, 2003, p. 37).

Estudiosos, como Cunha (2008) e Guimarães (2008), afirmam também que, no Brasil da primeira metade do século XIX, havia três formas para classificar internamente a população negra. A primeira referia-se à cor que era negra ou parda, pois as gradações não eram levadas em consideração. A segunda dizia respeito à nacionalidade, como africanos de Angola, de Mina ou crioulos – denominação aplicada aos negros que nasciam no Brasil. E a terceira característica – quanto à condição legal – era negro forro, isto é, liberto ou ingênuo, os que nasciam livres no Brasil.

Guimarães (2008) argumenta que ainda no século XIX, na Bahia, o termo “preto” era usado para designar os negros nascidos no Brasil e, ao longo do tempo, este termo passou paulatinamente a ser utilizado com o sentido pejorativo.

Essas ideias, no entanto, não nasceram por acaso. Ao contrário, representam conceitos que foram se construindo historicamente e que a própria ciência legitimou como forma de reconhecimento da superioridade do homem branco, transformando sua identidade em identidade de referência. Assim, as transformações científicas operadas na Modernidade levaram ao estudo da categoria raça que, de certa forma, teve no campo da Biologia o seu alicerce.

Hernandez (2005, p. 18 e 19) deixa claro no seu livro, *A África na sala de aula: visita a uma história contemporânea*, o quanto, no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, a ideologia e o preconceito contra o negro ganham “um investimento teórico com a emergência dos sistemas classificatórios: a princípio tratam do reino vegetal, mas acabam por se estender ao humano, tendo como marco o livro *Systema Naturae*, de Charles Liner. A autora argumenta ainda que o referido cientista apresenta o negro como um ser “relaxado”, “fleumático” “cabelo crespo”, “nariz achatado”, “indolente” “negligente” entre outras categorias que o colocam em última posição em relação a outros.

É importante destacar, no entanto, que essas discussões sobre raça não nasceram aqui no Brasil. Havia todo um respaldo científico no campo das ciências da natureza em nível mundial que tentava naturalizar o domínio dos brancos europeus em relação aos outros povos. Entretanto, autores da intelectualidade brasileira também contribuíram para a construção da ideologia do processo de branqueamento da população brasileira. De certa forma, de posse dessas ideias já desde as primeiras décadas do século XX, a elite brasileira acreditava que o processo de miscigenação racial levaria ao branqueamento da população, e, em consequência, ao desenvolvimento da nação.

Como afirma Schwarcz (1993), as teorias raciais chegam tardiamente no Brasil. No entanto, essas teorias vão ser recebidas com entusiasmo pela elite local na tentativa de construir um discurso que explicasse o processo de transição. Em outras palavras, um discurso que explicasse a passagem do Brasil da condição de um país subdesenvolvido para a condição de um país em vias de desenvolvimento.

Para Schwarcz (1993), tal situação mostra que a elite brasileira aprovou essas teorias, como argumentam outros estudiosos do assunto, mas as adotou em nosso país de forma recontextualizada em função das ideias em circulação no cenário brasileiro. Assim, as teorias raciais foram importantes para justificar o complicado jogo de interesses que reinava no Brasil no século XIX. De acordo com a referida autora, o termo raça é introduzido na literatura ocidental no início do século XIX. A eugenia buscava o aperfeiçoamento da espécie humana pela seleção genética e controle da reprodução. Nesse período, duas correntes aglutinavam diferentes pesquisas. A primeira defendia uma visão denominada de *monogenista* que, com base nas escrituras bíblicas, argumentava que a origem do ser humano era única. A segunda corrente, a chamada *poligenista*, defendia que existiam vários centros de criação que correspondiam às diferenças raciais observadas. (SCHWARCZ, 1993).

A versão poligenista fortaleceu a interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, inclusive promoveu o nascimento da frenologia e da antropometria. Essas teorias interpretavam a capacidade humana pela análise do tamanho do cérebro do indivíduo. Por sua vez, a cranologia, técnica que associava o criminoso ao tamanho do seu cérebro, argumentava que o comportamento dos criminosos associava-se à natureza biológica do indivíduo (SCHWARCZ, 1993).

A partir da publicação do livro, *A origem da Espécie* de Charles Darwin, o embate entre esses dois grupos ameniza-se. Darwin explica, no seu livro, a seleção natural das espécies animais e vegetais. Alguns conceitos passam a ser então fundamentais para o debate tais como: *competição, seleção do mais forte, evolução e hereditariedade*. Esses conceitos passam a ser significativos para explicar o domínio dos europeus em relação a outros povos. Assim, civilização e progresso, termos privilegiados à época, eram entendidos como conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas também como modelos universais (SCHWARCZ, 1993).

Um dado interessante, que se contrapõe à realidade brasileira, nesse período, é a compreensão de que as misturas das raças na Europa existiriam a partir do cruzamento de espécies diversas e levariam, de acordo com a versão poligenista, à degeneração de um povo. No dizer ainda de Schwarcz (1993), a hibridação das

raças humanas deveria ser evitada. Todo esse debate mostra a confusão em que o Brasil estava inserido. Diante do impasse e com uma população grande de negros internamente, a elite brasileira encontrara na miscigenação o caminho para a construção do 'paraíso perdido'.

Rossato e Gesser (2001) apontam que tanto no Brasil como nos Estados Unidos a experiência branca é a maior indicação do fenômeno racial. A branquitude é definida como uma consciência silenciada de preconceito em relação ao outro, considerado diferente e que nasceu em meio às relações capitalistas e às leis coloniais que classificavam, nas sociedades, os dominantes e os subordinados.

Ainda de acordo com Rossato e Gesser (2001), os primeiros europeus, ao colonizarem a América, não se identificavam como brancos. Era a nacionalidade que guiava os sujeitos no mundo. Eles se identificavam como portugueses, alemães, espanhóis ou ingleses. Portanto, a identidade era geográfica, linguística e cultural. "A identidade branca se fez notar diante da presença de pessoas com pele de cores distintas das com que estes grupos anglo-saxônicos haviam convivido até então" (2001, p. 13).

Dizendo de outra forma, os pensadores brasileiros se alimentaram sem dúvida do debate teórico elaborado pelos cientistas do século XVIII e XIX. A discussão sobre mestiçagem, por ter um caráter ambíguo, ora era utilizada para explicar a ideia de unidade da espécie humana, ora era tida como meio para estragar e degradar a boa raça (MUNANGA, 2006).

Essa busca pelos ideais europeus, no século XIX e início do século XX, se deu principalmente por se acreditar que a ciência europeia era a única em todo mundo desenvolvido. O problema da mestiçagem no Brasil estava relacionado à construção da identidade nacional e era, como ainda é, uma questão problemática por causa da diversidade racial. Contudo, é importante dizer que a elite intelectual brasileira "elaborou" propostas originais, diferentes dos Estados Unidos, por exemplo.

De certa forma, o fim do escravismo no Brasil, em 1888, coloca uma questão até então não pensada pela elite local: a questão da construção da identidade nacional. Na verdade, essa questão foi colocada ao longo de todo o século XIX, desde a Independência (1822). Ela é retomada/reiterada com a Abolição, colocando,

porém, outras questões. O Brasil passa então a ter uma categoria de ex-escravos negros e um desafio para resolver: como a sociedade brasileira iria transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade? Algo bem problemático, já que o negro era visto como coisa, como um ser animal e sem alma (MUNANGA, 2006).

Por isso, não é de estranhar que, em pleno século XXI, a elite brasileira continua lutando para manter seus privilégios e pouco tem feito para construir um país com uma realidade histórica de oportunidades igualitárias para todos e todas. Podemos imaginar o quanto essa elite resistia às mudanças no período em que estamos nos referindo.

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça da elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí porque a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Elaboraões especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem reinterpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontraram para construir sua identidade coletiva, politicamente mobilizadora (MUNANGA, 2006, p. 54).

Vários intelectuais brasileiros desse período estavam preocupados com o problema da identidade nacional. Munanga (2006) enumera os seguintes estudiosos: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista, Lacerda Edgar, Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre etc.

Todos estavam interessados na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, ou seja, na questão da definição do brasileiro enquanto povo e do Brasil enquanto nação. O que estava em jogo, nesse debate intelectual nacional, era fundamentalmente a questão de saber como transformar essa pluralidade de raças e mesclas de culturas e valores civilizatórios tão diferentes de identidades tão diversas, numa única coletividade de cidadãos, numa só nação e num só povo (MUNANGA, 2006, p. 55).

É evidente que esses intelectuais tinham algo em comum, na medida em que eram influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX. Cada um à sua maneira, é claro. É importante dizer ainda que se acreditava à época no surgimento de um Brasil e de uma nação homogênea e culturalmente branca a partir

da mistura das três raças, brancos, negros e índios. A ideia era que a mestiçagem levaria à dissolução da diversidade racial.

Essas ideias foram alicerçadas consoante a concepção posta por Rousseau, que considerava que o objetivo da humanidade era chegar à perfeição, isto é, a humanidade era passível de “perfectibilidade”. Os estudos desse filósofo indicam que a reflexão sobre a diversidade se fez presente já desde o século XVIII, é herdeira de uma tradição humanista e se deu a partir, principalmente, da Revolução Francesa. Assim, a igualdade de princípios passa a ser ferramenta dos ideais e das lutas revolucionárias na Modernidade, delegando simultaneamente espaço para as diferentes culturas de cada povo (SCHWARCZ, 1993).

No Brasil, a ideia de nação homogênea e culturalmente branca formada a partir da miscigenação das três raças – brancos, negros e índios – foi constituindo o mito da democracia racial. Assim, o país foi costumeiramente visto, pelos outros países, como um paraíso em que diversos povos viviam sem preconceito, sem discriminação e com oferta de oportunidades iguais para todos. Um bom exemplo dessa representação pode ser observado no livro, *Casa Grande & Senzala* do sociólogo Gilberto Freyre, que, apesar da sua contribuição para a compreensão da formação da cultura brasileira, ajudou na construção do mito da democracia racial brasileira.

Para Motta (2002), existem três paradigmas nos estudos das relações raciais no Brasil. O primeiro refere-se ao trabalho de Gilberto Freyre, o segundo, ao de Florestan Fernandes e o terceiro, ao de Carlos de Hasenbalg. Acrescentamos ainda um quarto paradigma que é o dos Movimentos Negros, os quais constituem um conjunto de grupos que atuaram no nosso país, em diferentes tempos e espaços, no sentido de combater o preconceito e lutar contra as péssimas condições de vida do negro em nossa sociedade.

Assim, para Motta (2002), Freyre argumentava que, em função do tipo de Cristianismo que prevaleceu aqui no Brasil, houve a “comunhão” entre brancos e negros. “As raças no Brasil tenderam a se fundirem em uma só comunidade emocional e religiosa” (FREYRE *apud* MOTTA, 2002, p. 2). Dessa forma, para o grupo de sociólogos pesquisadores da USP liderado por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Yanni, Gilberto Freyre contribuiu para a

construção do mito da democracia racial ao enfatizar a sensibilidade de uma cultura sustentada na bondade humanista e cristã (CANCELLI, 2008).

No século XIX, o Brasil era apontado como uma nação multiétnica, um território de delícias, um paraíso perdido, um lugar de convívio pacífico entre diferentes raças. Era considerado um caso único e singular de “extremada miscigenação racial” (SCHWARCZ, 1993, p. 11). A tese apresentada no I Congresso Internacional das Raças, realizado em julho de 1911 na França, era a de que o Brasil tinha no branqueamento a saída e a solução para seus problemas, isto é, era um país em transição. Estava passando por um rápido processo de cruzamento de raças, estabelecendo assim uma seleção natural que o levaria a ter, a longo prazo, uma população branca.

Munanga (2006), ao analisar a obra de Sílvio Romero, afirma que para esse autor a mestiçagem representava uma fase transitória e intermediária, proporcionando ao povo brasileiro ao longo do tempo o processo de branqueamento, pois, para Romero, o tipo racial predominante era o branco e, portanto, este iria prevalecer nas misturas entre as três raças.

Por sua vez, Raimundo Nina Rodrigues, em seu livro, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, cuja primeira edição data de 1894, afirmava que os indígenas e os negros, por serem incapazes, não deveriam cruzar com os brancos na medida em que esses últimos, por serem superiores, poderiam provocar um desequilíbrio psíquico nos descendentes gerados desse cruzamento. Portanto, Nina Rodrigues se contrapõe às ideias de Sílvio Romero, pois, para o primeiro, a mistura entre as três raças produz um povo sem valor que não conserva nem as características da sociedade superior e nem dos sujeitos inferiores. Formaria, assim, um povo degenerado.

Ao analisar uma das obras de Nina Rodrigues, *Mestiçagem, degeneração e crime*³, verificamos, por meio dos seus argumentos em variados casos, a compreensão que o mesmo tinha a respeito da suposta inferioridade do homem e da mulher mestiça. O interesse de estudo desse intelectual era compreender se os

³ Tradução de Mariza Corrêa, conforme o frontispício do artigo nos *Archives d'Anthropologie Criminelle* de 1899. O exemplar usado para esta tradução, cópia do existente na Faculdade de Medicina da Bahia, trazia uma dedicatória em francês, manuscrita, para Alfredo Britto, na qual só é legível a palavra *amitié*, assinada por Nina Rodrigues, com a data de 10 de janeiro de 1900. Abaixo, a informação sobre a editora: Lyon: A.. Storck; Cie, Imprimeurs Éditeurs, e a data.

mestiços “são um produto normal, socialmente viável, ou se ao contrário, constituem raças inferiores” ou uma descendência incapaz e degenerada (RODRIGUES, 1900, p. 2). Nina Rodrigues acrescenta ainda que “a tendência à degenerescência é, ao contrário, tão acentuada aqui quanto poderia ser num povo decadente e esgotado. A propensão às doenças mentais, às afecções graves do sistema nervoso, à degenerescência física e psíquica é das mais acentuadas” (*ibidem*, p. 8).

Os estudos de Nina Rodrigues, em relação a essa questão, se deram em pequenas cidades da Bahia. Nos seus escritos, ele descreve casos de doentes associando-os à sua cor. Para efeito de análise, iremos reproduzir no Quadro abaixo, alguns desses casos:

Quadro – Descrição de casos analisados por Nina Rodrigues em *Mestiçagem, degeneração e crime* (1900)

Casos analisados	Descrição dos casos
Observação 1	“Linna, mestiça, mulata clara; trinta e quatro anos constituição robusta, casada, dois filhos. Atacada por um acesso, há alguns anos seu estado melhorou, mas atualmente de novo e o mal é intenso. insônia rebelde, confusão mental ela teme um ataque de apoplexia;... Dez anos de doença (1900,p.10)”
Observação 2	“Manoel, negro, trinta e oito anos, alto; desengonçado; diversos estigmas físicos de degenerescência; ... fenda da pálpebra incompletamente aberta. Neurastenia sexual rebelde, hipocondria há mais de seis anos (1900, p.10)”
Observação 3	“A..., mestiça parda, quase branca; bem situada, sem ocupação. Casada duas vezes. Fortemente histérica foi tratada várias vezes na nossa cidade. Tara hereditária (1900, p.11).”
Observação 4	“J..., quarenta anos, mulata clara, considerada cega há muito tempo... mãe de uma jovem que não pode ver e que tem acessos de histeria convulsiva, comum ou pequena histeria (1900, p.12)”
Observação 5	Recentemente atendi uma senhora de Serrinha atingida por um violento acesso de melancolia que sofreu após ter dado à luz a um monstro com hipertrofia cartilaginosa do tecido ósseo-, bi-abdominal com um encurtamento dos membros superiores encaixado no tórax. Natimorto. “Os casos de anomalia que também pude observar são importantes pelo número e por seu significado clínico. Na pequena cidade de Serrinha, vi oito crianças cujas anomalias apresentam os graus mais avançados de degenerescência física, resultados ampliados e gritantes degenerescência família (1900, p.12).”

Fonte: Nina Rodrigues (1900). Tradução de Maria Corrêa.

A conclusão a que Nina Rodrigues chega é que o fator principal do processo de degeneração do mestiço é, sobretudo, a consanguinidade embora não negue os fatores climáticos e de higiene.

É interessante observar como Nina Rodrigues vai ‘provar’ que o/a negro/a e o mestiço são seres bestializados e inferiores. Fica claro, a partir dos seus escritos,

que o mulato e a mulata não são vistos como negros/as, mas que, ao contrário, dependendo da situação, chegam quase a ser considerados brancos. Isso explicaria, talvez, porque ainda hoje a população afro-descendente pareça marcada por essa mesma concepção, razão pela qual relutaria em assumir sua negritude. Outra interpretação que fazemos, a partir dos seus escritos, é que quando o mestiço é membro de uma família abastada seu nome é omitido dos registros. Esse fato mostra que a questão da classe também se constituía um dado significativo na análise das patologias pelo médico e antropólogo.

Nina Rodrigues legou uma imagem paradoxal e ambígua, isto porque fora o primeiro antropólogo brasileiro a tratar as questões raciais. Além disso, sua teoria era polêmica, mesmo para sua época e, por isso, é considerado um autor maldito (SCHWARCZ, 2006). Ele foi reconhecido como aquele que primeiro tratou de defender as diferenças ontológicas existentes entre as diversas raças e a considerar a mestiçagem uma situação de degeneração (SCHWARCZ, 2006).

Sua base teórica, como afirmamos, anteriormente, estava assentada no darwinismo social e na antropologia criminal. Assim, se por um lado Nina Rodrigues pensava a diferença, por outro, sua visão era de que havia hierarquias rígidas entre as raças. Dessa forma, a diferença firmemente apoiada em caracteres biológicos e na hierarquização das raças em favor do elemento branco fora estudada para justificar as desigualdades sociais, produzidas culturalmente.

De fato, para Nina Rodrigues, o Brasil, em termos de código penal, deveria ser repensado, na medida em que a criminalidade do mestiço brasileiro se dava pelas más condições antropológicas do cruzamento. Entendia esse estudioso que, por se constituírem seres inferiores e não terem chegado ao grau de maturidade intelectual do homem branco europeu, que era sinônimo de civilizado, culto e moralmente evoluído, não se poderia cobrar dessa raça as mesmas atitudes. Enfim, as características raciais, para Nina Rodrigues, afetariam o comportamento social das pessoas e deveriam ser levadas em conta pelos legisladores (MUNANGA, 2006).

Nina Rodrigues classifica os mestiços em três categorias, a saber: “o mestiço superior inteiramente responsável; o mestiço degenerado, parcial e totalmente

irresponsável; o mestiço instável, igual ao negro e ao índio, a quem se poderia atribuir apenas responsabilidade atenuada” (MUNANGA, 2006, p. 60-61).

Nina Rodrigues, com sua complicada classificação, contrariava o pensamento da elite brasileira desse período histórico. Enfim, o processo de miscigenação para ele, só iria atrasar “o processo de enegrecimento da população” (MUNANGA, 2006, p. 61), mas não resolveria o problema. Por sua vez, Schwarcz (2006, p. 48) afirma que “o momento em que o médico Nina Rodrigues escrevia e pesquisava era dado a determinismos de toda ordem: raciais, biológicos e até sociais”. Nina Rodrigues compreendia que éramos diferentes das outras nações e esse fato deveria ser levado a sério. O problema, na teoria desse intelectual, não era o diagnóstico que, de certa forma, era avançado para o seu tempo. O problema estava na solução encontrada: “o suposto comum é o da ‘desigualdade’ e, portanto, da criação de códigos penais diferenciados, que permitissem o estabelecimento de responsabilidades atenuadas” (SCHWARCZ, 2006, p. 48). Assim, percebemos que os debates sobre a raça ou sobre a cor dos indivíduos eram intensos.

Para Munanga (2006), a análise da produção intelectual do Brasil, no século XIX e XX, deixa claro que no Brasil, o racismo se caracteriza pela busca de assimilação das culturas consideradas diferentes. O racismo desenvolvido no Brasil teve historicamente um ideal explícito de homogeneidade. “A mestiçagem tanto biológica como cultural, teria entre outras consequências, a destruição da identidade racial”. Sendo assim, a elite pensante brasileira buscou a unidade nacional com base na identidade de um povo mestiço e no sincretismo cultural. É por isso que, no Brasil, o mestiço ocupa um lugar que nada tem a ver com a classificação americana e sul africana. Este pode ser reclassificado como branco sem nenhum problema.

Em outras palavras, ao analisarmos a produção intelectual brasileira de meados do século XIX, compreendemos, com base em Munanga (2006), que no Brasil se desenvolveu um modelo racista universalista. Esse modelo procura negar toda e qualquer diferença e “sugere um ideal implícito de homogeneidade”, como afirma o referido autor (p. 121). Dessa forma, o caminho escolhido pelo Brasil foi o mais ambíguo – um racismo universalista – que não se opõe à mestiçagem. A “miscigenação lhe oferecia o caminho para afastar a diferença ameaçadora

representada pela presença da raça e de cultura negra na sociedade” (MUNANGA, 2006, p. 129).

Nesse sentido, o modelo de racismo desenvolvido no Brasil difere de outros países do mundo, como a África do Sul e os Estados Unidos. O racismo no Brasil não tem como característica a absolutização das diferenças; já nesses dois países, ao invés da assimilação dos diferentes pela miscigenação e pela mestiçagem cultural, houve a separação explícita entre brancos e negros. Na África do Sul e nos Estados Unidos, o racismo construiu uma sociedade segregacionista, mas, ao mesmo tempo, permitiu a construção da identidade forte do negro (MUNANGA, 2006).

No nosso caso, o racismo brasileiro é marcado pela hipocrisia. ‘O mestiço nem é branco nem é negro’, dificultando a construção da identidade negra. O que houve no Brasil foi um modelo de sincretismo não democrático construído sob a égide da pressão política e psicológica, embora os afro-descendentes tenham resistido sempre e de diferentes maneiras a essa pressão.

Salientamos, no entanto, que o termo raça não é algo estático, a-histórico, natural ou fixo. Para além do aspecto biológico, vemos que o mesmo se articula aos aspectos sociopolíticos (SCHWARCZ, 1993). Nesse sentido, destacamos que é na Modernidade, época das grandes viagens, que se inauguram as discussões sobre a diferença. Os relatos dos viajantes são elementos importantes para entender o choque entre as culturas. Como já foi afirmado em diferentes estudos, no século XVIII, após o encontro do europeu branco, cristão – católico ou protestante – com grupos considerados diferentes, estes grupos foram representados pelos europeus como selvagens e primitivos.

Os embates envolvendo a associação entre raça e classe social também se fizeram presentes nos Movimentos Negros do início do século XX. Na década de 1920, por exemplo, esses movimentos utilizavam o termo homens de cor e quando queriam se referir ao seu grupo específico utilizavam a expressão classe: homens de cor, os pretos ou entre as nossas classes. Portanto, a cor, ou a raça, também era utilizada no sentido social (NASCIMENTO, 2008).

Devido a força com que o termo raça foi associado à dimensão biológica no século XIX e, considerando a carga negativa a ele atribuída quando utilizado em

referência ao negro, tornou-se comum no século XX, o uso da expressão étnico-racial, demonstrando que há nessa construção social uma multiplicidade de dimensões que envolvem “a história, cultura e a vida do negro no Brasil” (GOMES, 2005, p. 47).

Em relação a esta questão, Guimarães (2006) deixa claro, nos seus escritos, que a invisibilidade do preconceito contra o negro em nossa sociedade se deve, principalmente, ao fato de que os brasileiros atribuem a discriminação à questão de classe social. Em outras palavras, no pensamento de parte da sociedade brasileira, inclusive de parcela da nossa intelectualidade, a classe, de acordo com essa compreensão, é tomada como condição social e forma de identidade social, pois no Brasil não haveria separação entre brancos e negros, no que se refere às relações étnico-raciais. Além disso, muitos dos membros do Movimento Negro discordam do uso do termo raça, pois, para alguns, a categoria raça não faz nenhum sentido em termos práticos ou teóricos no mundo globalizado em que vivemos. No geral, a rejeição ao termo raça procede da compreensão sobre alguns fatores, tais como: 1) em relação à espécie humana, não existem raças biológicas como já foi afirmado anteriormente; 2) o conceito de raça é parte de um discurso científico errôneo autoritário e antidemocrático que poderá aprofundar a separação entre brancos e negros em nosso país; c) “o uso do termo ‘raça’ apenas reifica uma categoria política abusiva” (GUIMARÃES, 2006, p. 49). No dizer de Silva (2010, p. 166),

O termo raça foi ressignificado sócio-politicamente, não é utilizado na sua acepção original do século XX, quando a partir da transposição dos estudos da Biologia, tentou hierarquizar os seres humanos, como pertencentes a cultura superiores e inferiores à luz do pensamento europeu. É relevante abordar as questões de raça, pois são elas que ainda fundamental as ideias racistas e as práticas discriminatórias, fundadas no preconceito da raça de um povo sobre o outro.

Dessa forma, na atualidade, alguns membros do Movimento Negro e intelectuais quando usam o termo raça estão alicerçados no conceito sociológico, isto é, na sua dimensão social e política. O termo raça é usado devido ao preconceito e à discriminação que os negros sofrem em nosso país. O racismo no Brasil é alicerçado numa constante contradição. De forma dissimulada, é um fenômeno ambíguo. Quanto mais a escola, a família e a sociedade de maneira geral

negam o racismo, mais ele vai se propagando e invadindo diferentes espaços (GOMES, 2005).

Por outro lado, aqueles que são favoráveis à utilização do termo afirmam que 'raça' é a única categoria capaz de identificar as pessoas "cujos pleitos legais, oposicionistas e mesmo democráticos têm necessariamente de ser construídos sobre identidades e solidariedades forjadas a grande custo, a partir de categorias que foram impostas pelos seus opressores" (GUIMARÃES, 2006, p. 49).

Assim, se entendemos que a categoria 'raça' no sentido biológico não existe e que a mesma representa uma construção histórica, a categoria social 'raça' difere também de uma sociedade para outra. Ela não é algo estável e universal. Todavia, a utilização do termo 'raça' no Brasil não constitui apenas uma categoria política e sim uma categoria analítica, indispensável para pensarmos as relações étnico-raciais em nosso país (GUIMARÃES, 2006).

Nesse sentido, Guimarães faz uma pergunta bem pertinente. Quando, no mundo social, poderemos também dispensar o conceito 'raça'? A resposta é clara: quando não houver identidades raciais, ou seja,

[...] quando já não existirem grupos sociais que se identifiquem a partir de marcadores direta ou indiretamente derivados da ideia de raça. Segundo, quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores (GUIMARÃES, 2006, p. 50).

O termo etnia, por sua vez, é usado para se referir ao pertencimento ancestral e étnico-racial, um grupo social cuja identidade do sujeito está pautada nas tradições, monumentos históricos, comunidade e língua do grupo ao qual pertence. Entretanto, tanto um termo como o outro precisam ser empregados como construções históricas, culturais e políticas.

Por isso, ressaltamos a importância das discussões sobre as responsabilidades que toda a sociedade tem sobre essas construções discursivas, uma vez que elas são parte da nossa história, da nossa cultura, e interferem nas nossas formas de compreender o mundo e as relações. As relações étnico-raciais são, portanto, produções culturais que estão alicerçadas nas relações de poder e na hierarquia sócio-política e cultural presente em nossa sociedade.

Para Algarve (2004), a palavra raça pode ser utilizada para marcar as diferenças físicas, tais como: a cor da pele e o tipo de cabelo. Contudo, o seu significado vai além dessas características, o termo pode se referir também às diferenças culturais, isto é, à forma de pensar e de viver de um povo que está ligada à ancestralidade africana. É por esta razão que nesse trabalho estamos utilizando a expressão étnico-racial. O termo étnico deriva do grego *ethikos?*, adjetivo de *ethos*, refere-se ao povo ou nação. Um grupo étnico não é um mero agrupamento de pessoas ou de setores da população, mas uma agregação consciente de pessoas unidas ou aproximadas e relacionadas por experiências compartilhadas ao longo de suas histórias coletivas (ALGARVE, 2004).

O mito da democracia racial apoiava-se, e ainda se apoia, no embranquecimento do negro e do mulato. Esta seria a saída de emergência para termos uma população paulatinamente branca e capaz de promover o desenvolvimento. Essa concepção era reforçada por uma evidente diminuição do negro na sociedade que reproduzia em alguns momentos uma população gradualmente mais branca. O mito da democracia racial, o mito do senhor benevolente e o processo de embranquecimento trouxeram consequências para as relações étnico-raciais, em outras palavras, para a concepção ideológica e política construída no Brasil. Por tudo isso, muitos pardos e negros no Brasil procuram não se identificar como negros/as e, sempre que possível, tentam se aproximar do tipo estético do branco como, por exemplo, o cabelo liso.

Não podemos desconsiderar, entretanto, que a luta do movimento negro no século XX tenha proporcionado à população a conscientização do valor da sua cultura e da necessidade de o/a negro/a se identificar com a sua raça/etnia, tanto que, a partir desse século, começa paulatinamente a valorização da identidade negra. Temos ainda muitos caminhos para percorrer.

3 Considerações finais

É oportuno lembrar que as práticas curriculares, vivenciadas nas escolas por professores/as e estudantes, podem ser compreendidas como um espaço de relações étnico-raciais no qual se dão as experiências. Afirmamos que, nas práticas

curriculares, há probabilidades de o/a estudante discutir elementos da sua cultura e, portanto, confrontar as possibilidades de ser e de estar no mundo além de negociar possibilidades de construção de identidades que historicamente foram negadas e silenciadas. Portanto, as categorias raça, etnia e classe social precisam ser bem trabalhadas pelos professores e professoras. É de posse dessa assertiva que acreditamos em mudanças no cotidiano escolar.

Nos tempos atuais, uma das demandas primordiais diz respeito ao sentido do ato de educar. Será que educar é somente transmissão cultural dos conhecimentos da geração antiga para a nova? Ou constitui o pleno desenvolvimento humano? A compreensão da aprendizagem das relações étnico-raciais passa pelo próprio entendimento de educação.

O ato de educar acontece no processo histórico de cada grupo social no qual são repassadas as tradições, mas também, os valores e normas no sentido de contribuir com a personalidade da criança e do jovem. Notadamente, educar vai além de transmissão de conhecimentos. “É a forma de fornecer a alguém os cuidados necessários ao pleno desenvolvimento físico, intelectual e moral”, conforme registra o dicionário Houaiss (2009, p. 269), é “promover o processo de formação do outro como ser humano integral”.

Destacamos que a escola não é o único espaço na sociedade que promove processos educativos e que orienta a vivência de relações étnico-raciais. Ao contrário, a criança quando chega à escola traz experiências e concepções construídas na família e na comunidade. Tais experiências e concepções construídas, muitas vezes, entram em choque com os valores e normas estabelecidas pela escola. Cabe aos profissionais que lá atuam combater todo tipo de preconceito e de exclusão que estão postos na sociedade.

Assim, o debate sobre as categorias raça e classe social é fundamental para que nossos estudantes compreendam que no Brasil não vive uma democracia racial como muitas pessoas pensam. Daí, a necessidade de professores/as e estudantes discutirem no mundo contemporâneo essas problemáticas e lutarem decididamente por relações em que todos e todas sejam valorizados/as.

REFERÊNCIAS

ALGARVES, Valéria Aparecida. **Cultura negra na sala de aula**: pode um cantinho de africanidades elevar a auto-estima de crianças negras e melhorar o relacionamento entre crianças negras e brancas. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Metodologia do Ensino da Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, São Carlos, 2004.

CAMARGO, Edwiges Pereira Rosa. **O negro na educação superior** - perspectiva das ações afirmativas. 196f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2005.

CANCELLI, Elizabeth. Caminhos de um mal-estar de civilização: reflexões intelectuais norte-americanas para pensar a democracia e o negro no Brasil. **Revista ArCultura**, Uberlândia, v. 10, n.16, p.171 -187, 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. As estratégias de combate ao racismo. Movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele. **O anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2006.

_____. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2007a.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir**. Histórias da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007b. envolvidosconsequencias/. Acessado em 20 de fevereiro de 2011.

HERNANDEZ, Leila leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOUAISS, Antônio *et. al.* **Mini dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. **Revista Estad. Afro-Asiático**, n. 38, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 3 de março de 2011

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NASCIMENTO, Elisa Larkim. O movimento social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto. In: NASCIMENTO, Elisa Larkim (Org.). **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

RODRIGUES, Nina. **Mestiçagem, degenerescência e crime**. Lyon: A. Storck & Cie, Imprimeurs Éditeurs, 1900.

ROSSATO, Cesar; GESSER, Verônica. A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Summus, 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870- 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Claudilene. A construção da identidade étnico-racial de professoras negras e os saberes mobilizados nesse processo. In: SANTIAGO, Maria Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene. **Educação, escolarização e identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE/UFPE**. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2010.

SILVA, M. A. "Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial" In: Cavalleiro (org.) **Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Summus, 2001.

SOUZA, Florentina. Solano Trindade e a produção literária afro-brasileira. **Revista Afro-Ásia**, 31 277- 293, 2004.

* Recebido em abril de 2011.

* Aprovado em maio de 2011.